

Senado amplia isenção para deficiente comprar carro

Projeto aprovado em Plenário inclui no benefício a aquisição de veículos movidos a gasolina com potência de até 2.0, enquanto a lei atual prevê a retirada do Imposto sobre Produtos Industrializados apenas se o automóvel for a álcool ou misto. Matéria volta à apreciação da Câmara dos Deputados

Página 3

CAS vai reunir especialistas para debater trabalho infantil

Comissão aprova requerimento de Patrícia Saboya para realização de audiência pública sobre o combate ao trabalho infantil. Três especialistas no tema serão ouvidos.



José Cruz

Página 2

BALANÇO Comissão de Assuntos Sociais quer avaliar o que já foi realizado e o que ainda precisa ser feito contra o trabalho infantil



Roosevelt Pinheiro

Renan propõe qualificação do produtor com "Sebrae rural"

Líder do PMDB, Renan Calheiros, sugere que governo crie uma instituição semelhante ao Sebrae para levar maior qualificação aos pequenos e médios produtores rurais.

RESULTADO Renan diz que maior qualificação propiciará aumento da renda do produtor

Página 4

Frente de parlamentares vai defender software livre

Página 7



Márcia Kolumbe

A CPI do Banestado (foto) vai marcar nova data para os depoimentos de Nicéa Camargo, ex-mulher do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, e do diretor da Unimed José Ricardo Savioli. Eles iriam depor ontem, mas Nicéa só foi avisada na véspera e Savioli apresentou atestado médico.

Página 7



Menor exigência para venda de produto dietético

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem relatório do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) acatando substitutivo da Câmara que altera legislação sobre registro e rótulos de produtos dietéticos oferecido a projeto da então senadora Júnia Marise. Foram sugeridas modificações na lei para reduzir as exigências aos fabricantes desses produtos.

Uma das mudanças exclui a obrigatoriedade de o rótulo do produto dietético conter a informação sobre o limite máximo de tolerância à ingestão diária dos componentes químicos do produto. Outra alteração retira a exigência de a etiqueta do produto incluir advertência sobre a necessidade de consulta médica prévia para o consumo do alimento.

Projeto amplia atendimento em epidemias

Os postos de saúde serão obrigados a funcionar nos fins de semana e feriados quando ocorrerem epidemias no país, como de cólera ou dengue. É o que estabelece o Projeto de Lei nº 36/2002, de autoria do então senador Moreira Mendes, aprovado ontem em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria, que recebeu parecer favorável do relator Demostenes Torres (PFL-GO), deverá seguir diretamente para a Câmara, caso não haja solicitação para votação no Plenário.

A proposição recebeu apoio unânime dos integrantes da comissão.

Trabalho infantil será debatido em audiência

CAS quer ouvir especialistas para conhecer esforços realizados e formas de combater o problema

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram ontem requerimento da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) que solicita a realização de audiência pública para debater a questão do trabalho infantil no Brasil. Patrícia sugeriu a participação de especialistas que possam esclarecer as providências já adotadas e as medidas necessárias para combater o problema.



OBJETIVO Segundo Patrícia, audiência ajudará comissão a analisar projeto sobre o tema

O assunto consta do Projeto de Lei nº 516/1999, que trata do trabalho de crianças e adolescentes. A senadora, que preside a CPI mista que apura a exploração sexual de menores no

país, disse que a proposta tem sugestões inovadoras, por exemplo, sobre o trabalho doméstico, no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho.

– O objetivo da audiência é recuperar os esforços realizados, identificando aspectos já atendidos e aqueles que devem ser examinados – esclareceu.

Serão convidados a subprocuradora-geral do Trabalho, Eliane Araque dos Santos; a secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Oliveira; e o coordenador do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



ESFORÇO Lúcia Vânia promete agilizar votação de projetos relativos aos deficientes

Lúcia Vânia divulga encontro de Apaes

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), comunicou o início do Congresso das Apaes (Associações de Pais e Amigos de Excepcionais) estaduais de Goiás, ontem em Goiânia. A CAS, informou, será representada pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

Lúcia Vânia divulgou que a comissão recebeu relatório do Tribunal de Contas da União com a avaliação sobre o programa Fome Zero. Os dados estão disponíveis, a partir de hoje, no sítio da CAS, na página do Senado na Internet. Disse ainda que a comissão reunirá projetos que tramitam na comissão e que tratam de benefícios para portadores de deficiência, para serem votados ainda este mês.

Órgão público ficará com prêmio por milhagem

Os funcionários públicos que viajam a serviço poderão ficar impedidos de juntar para si as premiações oferecidas pelas companhias aéreas a título de retribuição por fidelidade. A medida está prevista em parecer favorável de Edison Lobão (PFL-MA) ao Projeto de Lei nº 630/1999, do então senador Lúcio Alcântara, que obriga a reversão dos prêmios ao órgão público pagador dos bilhetes. A matéria, aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ainda depende de exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na mesma reunião, os integrantes da CAS rejeitaram projeto de Maguito Vilela (PMDB-GO) e do ex-senador Pedro Piva que obrigava as companhias aéreas a fornecer adesivos de nicotina aos passageiros dependentes de tabaco, em vôos com duração superior a duas horas.

Agenda

Sessão plenária de hoje tem início às 9h

A sessão de hoje se inicia às 9h para comunicados da Mesa e pronunciamentos de parlamentares, sem votação de matérias. Serys Silhessarenko (PT-MT) é a primeira senadora inscrita para subir à tribuna. Os trabalhos podem ser acompanhados por meio da TV ou da Rádio Senado.

Exposição homenageia Dinarte Mariz

Pelo transcurso dos 100 anos de nascimento do ex-senador Dinarte Mariz, a Subsecretaria de Relações Públicas promove exposição em sua homenagem. A abertura da mostra ocorre hoje, às 10h, na Senado Galeria. Dinarte Mariz foi eleito senador em 1954 e governador do Rio Grande do Norte dois anos depois. Retornou à Casa em 1962, quando ocupou a 1ª Secretaria. A exposição ficará aberta ao público até o dia 29.



Arquivo I

Diligência em Uruguaiana

A comissão parlamentar de inquérito que investiga a exploração sexual no Brasil faz hoje diligência e audiência pública no município gaúcho de Uruguaiana, para investigar, entre outras denúncias, o tráfico de adolescentes para a Argentina.

Terceira idade em debate

No programa *Cidadania*, que a TV Senado exibe hoje, às 19h30, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e a gerontóloga Maria Judite Moura debatem a questão da terceira idade e o tratamento recebido pelos idosos no país.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Acordo com os EUA não será assinado

O Plenário manifestou ontem apoio integral à decisão do governo brasileiro de não assinar acordo bilateral com os Estados Unidos para eximir cidadãos norte-americanos da jurisdição do Tribunal Penal Internacional. A manifestação foi provocada por requerimento do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

O líder do PT, Tião Viana (AC), afirmou que admirava a decisão do governo brasileiro de resistir à pressão dos Estados Unidos e não assinar o acordo.

Relator do requerimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) avaliou que seria extrema temeridade o Brasil concordar em dar um cartão de "licença para matar" ao governo norte-americano.

Outro requerimento aprovado, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), condena a execução de dez pessoas na Colômbia, em conflito entre guerrilheiros e forças regulares do país.

Microcrédito começará a ser discutido

O Senado começará a discutir terça-feira a Medida Provisória nº 122/2003, que viabiliza o programa de microcrédito para pessoas de baixa renda. O programa, anunciado pelo governo, terá como carro-chefe a autorização para abertura de empréstimos de até R\$ 1 mil para microempreendedores.

AMP não menciona a taxa de juros, que, conforme o presidente da República, seria de 2% ao mês. O crédito já vem sendo oferecido pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil. A medida, conforme o governo, abrirá as portas dos bancos para cerca de 25 milhões de brasileiros que não têm conta bancária.

Também serão discutidas outras duas MPs, que completam o programa de apoio aos microempresários e aos sem-banco, além de criar a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Uma delas prevê o financiamento de bens duráveis (geladeiras, fogões, etc) para pessoas mais pobres, sem comprovação de renda.

Deficiente deverá ter isenção do IPI na compra de carro a gasolina

Projeto aprovado ontem voltará à Câmara devido às mudanças promovidas pelo Senado

O Senado aprovou projeto de lei da Câmara que trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis a serem usados no transporte de portadores de deficiência física, visual, mental severa ou profunda e autistas. A compra de carros com isenção passou a valer também para veículos movidos a gasolina, inclusive com potência de até 2.0, corrigindo o que foi considerado uma falha da lei aprovada em junho na qual ficou estabelecida a isenção apenas para automóveis a álcool ou mistos.

O texto enviado pela Câmara estabelecia a isenção do IPI e do Imposto de Importação na compra de aparelhos auditivos e cadeiras de roda manuais ou elétricas, mas o benefício foi suprimido por emenda aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Como a supressão foi confirmada pelo Plenário do Senado, o texto originário da Câmara (Projeto de Lei nº 50/2003) acabou sendo modificado e terá de ser reexaminado por aquela Casa.

Logo após a decisão do Plenário, o presidente do Senado,



Fotos: Roosevelt Finheiro

PROMOÇÃO Senadores ressaltaram a importância do projeto para a cidadania do portador de deficiência

José Sarney, ressaltou que a Casa cumpre o seu dever com a cidadania e com aqueles que mais precisam. Entre os brasileiros com necessidades especiais que se tornaram "exemplo de vida", ele citou o iatista Lars Graef. Ressaltou também o trabalho do senador Flávio Arns (PT-PR), do deputado federal Robson Tuma (PFL-SP), autor da proposta, e de Tereza Amaral, presidente do Instituto Brasileiro de Deficientes, que, não sendo deficientes, "são tocados por um gesto de humanidade e dedicam sua vida" à causa.

– A isenção do IPI vem per-

mitir o exercício do direito de ir e vir, traz tranquilidade e atende aos objetivos dos portadores de deficiência – afirmou o senador Flávio Arns, presidente da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

O senador José Jorge (PFL-PE) observou que a iniciativa vai propiciar uma integração cada vez maior das pessoas com necessidades especiais na comunidade. Já o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) destacou a aprovação como um compromisso do governo e do Senado com a promoção da ci-

dadania e do direito dos deficientes à mobilidade e participação ativa na sociedade.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o projeto abre espaço para acolhimento de outras medidas destinadas a facilitar a vida de pessoas com limitações físicas ou mentais.

Para o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), "a proposta traz à Casa o sentimento de caridade, admiração e inclusão de brasileiros".

Também elogiaram o projeto Lúcia Vânia (PSDB-GO), Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Almeida Lima (PDT-SE).

Aprovada extinção de dívidas de agroindústrias

As agroindústrias poderão ter extintas as suas dívidas previdenciárias relativas ao período entre abril de 1994 e abril de 1997. A medida está prevista no projeto, aprovado ontem pelo Senado, que extingue os débitos decorrentes das diferenças de alíquotas previdenciárias cobradas dessas empresas no período.

De acordo com o relator da proposta, senador Osmar Dias (PDT-PR), até 1994 a agroindústria pagava 20% da folha de salários a título de contribuição



Osmar Dias: projeto evita a cobrança previdenciária indevida

previdenciária. Naquele ano, entretanto, entrou em vigor nova legislação, modificando o cálculo para 2,5% sobre o valor estimado da produção. Até 1997, os produtores contribuíam dessa forma, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a legislação de 1994 inconstitucional. O que o projeto faz, explicou o senador Osmar Dias, é evitar as cobranças relativas a esse período de três anos, durante o qual os produtores, amparados na legislação, pagaram menos.

Senado acolhe flexibilização do uso de símbolos nacionais

O Plenário aprovou ontem projeto de lei do Senado (PLS nº 13/2001) que flexibiliza a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, como a Bandeira e o Hino Nacional, bem como sua forma de utilização. O projeto, que altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, havia sido modificado pela Câmara dos Deputados e, como o Senado restaurou a sua forma original, retornará àquela Casa. De acordo com o parecer do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto oferece a necessária flexibilidade às expressões de civismo em relação aos símbolos nacionais, permitindo a utilização da Bandeira do Brasil em

festas, roupas, adesivos, esportes e embalagens, por exemplo, o que é proibido pela legislação atual.

O Hino Nacional também poderá ganhar liberdade na interpretação, inclusive fora das ocasiões solenes, desde que a letra original seja mantida.

– Reguladas por legislação datada de 1971, as manifestações cívico-culturais evoluíram. Os países do Ocidente, em sua maioria, já adotam comportamento diferenciado na convivência com seus símbolos pátrios, enquanto o Brasil, pela carência de flexibilização, impede uma saudável expressão de apreço patriótico do cidadão aos símbolos nacionais – acrescentou Marcelo Crivella.

Renan Calheiros sugere criação de "Sebrae rural"

Proposta visa melhorar formação de pequenos e médios agricultores, para elevar produção e renda agrícola

O senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, sugeriu em discurso ontem que o governo crie uma espécie de "Sebrae rural", levando cursos ao homem do campo, para que ele melhore sua produção e aumente a renda, a exemplo do que faz nas cidades o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Para Renan, a qualificação da mão-de-obra rural irá profissionalizar especialmente os pequenos e médios agricultores.

Ao discorrer sobre os avanços da agropecuária desde os anos 60, o senador destacou que, na semana passada, foi divulgado o relatório anual de *commodities* da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Comércio (Unctad), vislumbrando um futuro excelente para a agricultura brasileira.

– O documento prevê que o Brasil, com 90 milhões de hectares de terras virgens e aráveis, tem potencial para se tornar o maior produtor agrícola mun-



Roosevelt Fimheiro

AVANÇO Setor tem importante contribuição na geração de riqueza, diz Renan Calheiros

dial nos próximos 12 anos – afirmou ele.

A produção agrícola do país passou por importante modernização tecnológica e superou os 100 milhões de toneladas de grãos por ano, apesar dos subsídios agrícolas dos Estados Unidos e da Europa aos seus produtores, dos vários planos econômicos e dos juros elevados. O Brasil já é o nono exportador de alimentos do mundo e a situação econômico-financeira do país deve muito ao setor rural. No ano passado, lembrou Renan Calheiros, a área rural gerou um saldo comercial de US\$ 20 bilhões, respondendo por 29% da riqueza produzida no país, além de gerar 27% de todos os empregos.

Os maiores problemas do setor, no entanto, são os subsídios norte-americanos e europeus aos seus agricultores, assinalou o senador, lembrando que recentemente Brasil e Austrália se uniram na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o protecionismo norte-americano aos seus produtores de algodão. Também nos últimos dias, o Brasil decidiu recorrer à OMC contra a política de subsídios para o açúcar da União Européia.

– Para se ter uma idéia de como o jogo é pesado, em junho noticiou-se que os Estados Unidos deram US\$ 5 bilhões de subsídios aos seus produtores de algodão, além de benefícios anteriores. Esse não é um caso isolado. Há, em média, US\$ 200 bilhões por ano para serem gastos em subsídios no eixo EUA-União Européia – lamentou o senador.

Apesar disso, Renan Calheiros observou que alguns analistas internacionais começam a contestar a eficácia dessa política dos países ricos. Esses especialistas entendem que, no final, tais medidas estão empobrecendo os pequenos agricultores e enriquecendo os grandes fazendeiros e as empresas gigantes do agronegócio internacional, explicou.

Tourinho propõe maior autonomia do Banco Central e mudanças no CMN

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu ontem em Plenário o Projeto de Lei Complementar nº 317/2003, de sua autoria, que prevê a concessão de autonomia operacional ao Banco Central (BC), a criação de uma lei de diretrizes para as políticas monetária e cambial e a redefinição das competências do Conselho Monetário Nacional (CMN). Um dos objetivos da proposta é fortalecer a participação do Congresso na elaboração das políticas monetária e cambial, com o propósito de conferir transparência e legitimidade popular às decisões econômicas do governo.

Ao propor a reformulação de funções do BC, Rodolpho Tourinho reivindica que a supervisão do mercado financeiro seja



Geraldo Magalhães

LEGITIMIDADE Para Tourinho, Congresso deve ampliar papel na elaboração de política cambial

excluída do rol de competências do banco. As atribuições fundamentais reservadas pelo projeto à instituição seriam o controle da inflação e o equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos. Sua diretoria teria mandato fixo de quatro anos, permitida a recondu-

ção, passando o Senado a se pronunciar também por eventuais demissões dos dirigentes.

Outra inovação significativa assinalada pelo senador refere-se à lei de diretrizes monetárias e cambiais, “que será o guia do Banco Central e do qual este não poderá se desviar, sob pena de perda do mandato de seu presidente e diretores”.

Em apartes, Roberto Saturnino (PT-RJ) cumprimentou Tourinho pela apresentação de matéria “séria e de conteúdo denso”; o senador José Jorge (PFL-PE) acredita que o projeto pode fortalecer o real e torná-lo uma moeda de circulação internacional; e o senador César Borges (PFL-BA) ressaltou a importância da autonomia do BC para o fortalecimento da moeda brasileira.



Geraldo Magalhães

Sarney cumprimenta amapaense campeão nos Jogos Pan-Americanos

Num encontro no aeroporto de Brasília, o presidente do Senado, José Sarney, cumprimentou o atleta do Amapá Jader da Silva Sousa, que integrou a equipe brasileira vitoriosa na prova de revezamento 4x 100 nos Jogos Pan-Americanos. O atleta treina na piscina da AABB, em Brasília, cidade onde também estuda Fisioterapia.

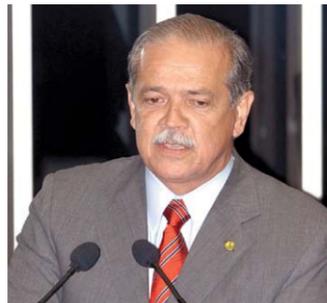
Sarney o parabenizou pela vitória e registrou a importância de ele ter levado ao pódio a bandeira amapaense.

– Foi com imenso orgulho que todos tivemos a satisfação de ver a vitória de Jader Sousa, com um desempenho extraordinário – destacou.

César Borges cobra urgência na implantação da Sudene

O senador César Borges (PFL-BA) afirmou ontem que vê “com muita esperança” a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) pelo governo do presidente Lula. Ele acrescentou, no entanto, que é preciso que a Sudene inicie efetivamente seu trabalho, assim como “urge a adoção” de políticas direcionadas para a geração de emprego, melhoria da infraestrutura e de apoio à produção, de forma a tornar melhores as condições de competitividade do Nordeste.

De acordo com o senador, o governo da Bahia investiu no desenvolvimento, mas a União não teve atuação condizente com o papel que o estado exerce na Federação. Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-



Roosevelt Fimheiro

INVESTIMENTOS César Borges defende políticas para aumentar competitividade do Nordeste

BA) disse que a Bahia vive situação destacada “pelos homens públicos que conseguiu formar”. Os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), João Batista Mota (PPS-ES) e Delcídio Amaral (PT-MS) solidarizaram-se com César Borges quanto à necessidade do combate às desigualdades regionais.

Virgílio questiona demissão de marido de deputada

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, disse que a demissão do marido da deputada Maria José Maninha (PT-DF) do cargo de diretor-executivo da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) tem duas leituras negativas. Conforme notícia da imprensa, Antônio Carlos Andrade foi demitido porque a deputada se absteve na

votação da reforma da Previdência.

– Ou o PT nomeou de forma política o senhor Antônio Carlos, por ser ele marido da deputada, ou o demitiu também de forma mesquinha, se for ele competente. Isso é um desvão escabroso – sustentou.

Se a nomeação “foi política, é pouco legítima”, na opinião do líder, porque o objetivo teria sido o de

“cooptar a deputada Maninha”. No entanto, a seu ver, se ele é competente, a deputada poderia votar qualquer coisa, “inclusive a volta da monarquia”, e o PT não teria o direito de demitir o seu marido.

– Alerto para esse conluio entre o a fisiologia e a falta de convicção política – continuou.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE)

afirmou que “há uma grande coincidência em Pernambuco”, onde a direção regional da Funasa foi ocupada pela mulher de um vereador e “tiveram até de mudar a lei, pois ela não é funcionária do órgão”. Almeida Lima (PDT-SE) informou que situação idêntica existe em Sergipe, onde o posto foi entregue a uma candidata derrotada nas últimas eleições.



ALTERNATIVA Para Virgílio, ou a nomeação foi política ou a demissão é mesquinha

Lobão homenageia bicentenário de Caxias

O senador Edison Lobão (PFL-MA) homenageou os dois séculos de nascimento de Luís Alves de Lima e Silva,

o Duque de Caxias, a quem classificou como “um dos mais conceituados e respeitáveis pró-homens brasileiros do século 19”. Caxias nasceu em 25 de agosto de 1803 e faleceu em 7 de maio de 1880.

Lobão disse que Caxias viveu em um período mundial-

mente conturbado, ainda sob os efeitos da Revolução Francesa de 1789, que, junto com a revolução norte-americana, trouxe a busca pela liberdade.

– Caxias assistiu, desde menino, à ascensão e queda do grande Napoleão. Testemu-

nhou a chegada ao Brasil de dom João VI e somou-se aos que pegaram em armas para sustentar a proclamação da

independência e a continuidade da monarquia brasileira – disse.

Edison Lobão afirmou que a atuação de Caxias, como militar, dificilmente encontrará paralelo em qualquer outro lugar do mundo.

– Em 1851, foi o vitorioso comandante das forças no sul contra Rosas, da Argentina, e Oribe, no Uruguai. Na Guerra do Paraguai, assumiu com êxito o comando das forças brasileiras em 1866, em meio a sucessivas vitórias de Solano Lopez – lembrou.



Lobão: atuação militar de Caxias não tem paralelo

Maguito lembra consagração como estrategista militar

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) prestou homenagem ao Duque de Caxias pelo transcurso do seu bicentenário de nascimento. Ma-

guito lembrou as campanhas militares vitoriosas de Caxias, que é patrono do Exército brasileiro, com destaque para a Guerra do Paraguai, que o consagrou como estrategista.

– É o primeiro a utilizar, no continente americano, balões em operações militares. Assume, como

de seu feito, uma estratégia eminentemente ofensiva, surpreendendo a todos com a célebre marcha de flanco através do chaco paraguaio, que o celebrizaria na literatu-

ra militar – disse o senador.

Maguito recordou que Caxias só deixou o campo de batalha após entrar em Assunção, com a guerra praticamente terminada. Voltando ao país, tornou-se o único brasileiro a receber o título de duque. Caxias ainda foi senador do Império, ministro da Guerra, presidiu o Conselho de Ministros e galgou toda a hierarquia do Exército até o posto de

marechal-de-campo.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que a Guerra do Paraguai foi “a mais vergonhosa página da nossa história”.



Maguito relata carreira militar e política de Caxias

Demostenes: governo deve abrir arquivos da guerrilha

Senador diz acreditar que presidente Lula não se furtará a cumprir ordem judicial nesse sentido

É necessário cumprir a decisão da juíza Solange Salgado, da 1ª Vara Federal, que ordenou a divulgação dos documentos oficiais relacionados com a guerrilha do Araguaia, defendeu o senador Demostenes Torres (PFL-GO) ontem. O processo, segundo ele, se arrasta desde 1982.

A guerrilha foi uma resistência armada ao regime militar que membros do PCdoB organizaram entre 1972 e 1974, às margens do Rio Araguaia, na divisa entre Pará e Tocantins. O embate com as Forças Armadas deixou, segundo Demostenes, além de 61 desaparecidos, 24 mortos, sete deles militantes do PCdoB e 17 militares.

O senador disse acreditar que um homem com o passado do presidente Lula não se furtará a cumprir, sem impor obstáculos, uma ordem judicial “carre-



INCENTIVO Demostenes espera que abertura dos arquivos estimule testemunhos

gada de tanto simbolismo”.

– Se o governo quiser esconder os documentos da guerrilha, estará se equiparando à tortura e ao terror, duas das mais nefastas atividades exercidas pelo homem. Não se espera de Lula que compartilhe com a tortura ou com o terrorismo e muito menos com a escuridão dos fatos – afirmou.

Ao indagar o que o governo federal tem a temer com a revelação dos documentos, De-

mostenes citou o jornalista Elio Gaspari, que, em artigo publicado em vários jornais, lembrou aos integrantes do PT que o desejo das famílias é apenas o de saber o que aconteceu, localizar os corpos e dar um enterro digno a seus filhos.

De acordo com o senador, abrir os arquivos das Forças Armadas vai incentivar o testemunho espontâneo de oficiais e praças que atuaram no Araguaia, “pois eles também são a memória do conflito”. Para Demostenes, apesar de alguns integrantes do Exército afirmarem que não há documentos sobre a guerrilha, eles existem, conforme matérias publicadas pelo jornal *Correio Braziliense*.

Em apertados, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Edison Lobão (PFL-MA) manifestaram solidariedade ao discurso de Demostenes Torres.

Sucesso

Demostenes saudou o jornal *O Sucesso*, que está completando oito anos de circulação.

– É um semanário de grande qualidade e muita repercussão em Goiás, Tocantins e Distrito Federal – afirmou.

ACM sugere Conselho de Ética para deputado que deu relógio falso a Dirceu

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) registrou em Plenário notícia de que o presidente do PTB, deputado José Carlos Martinez (PR), teria dado um relógio falso ao chefe da Casa Civil do governo, ministro José Dirceu. Ele perguntou se o caso não merece ser tratado no Conselho de Ética da Câmara.

– Relógio falso significa que foi comprado ilegalmente, em contrabando. O que é, evidentemente, ilegal. Pergunto se isso é passível de apuração pelo

Conselho de Ética, para ver se houve receptação. Quero dizer ainda ao líder do PT no Senado, Tião Viana, que quem dá relógio falso também pode dar falso apoio à base do governo no Congresso – sustentou.

Na presidência da sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que, por se tratar de algo que envolve um deputado, iria encaminhar ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, as notas taquigráficas com as observações de Antonio Carlos.



ILEGALIDADE Conforme Antonio Carlos, relógio deve ter sido comprado em contrabando

Subcomissões elegem dirigentes

Três subcomissões foram instaladas ontem pelo Senado para debater e acompanhar temas de importância para o país, como a Amazônia, o programa Fome Zero e a situação dos brasileiros que vivem no exterior. Cada uma das subcomissões elegeu seu presidente, vice e relator, que estarão à frente dos trabalhos. Também ontem, a Subcomissão



Fotos: Célio Azevedo

de Cinema, Comunicação Social e Informática escolheu seu novo vice-presidente e aprovou requerimentos para a realização de duas audiências. A primeira debaterá decisões judiciais sobre direito autoral de obras musicais em filmes. A segunda tratará das consequências da reforma tributária na cultura, ciência, comunicação e esportes.



Simon (D), ao lado do deputado Dr. Rosinha, quer ampliar debate sobre Mercosul

Audiência vai discutir a criação da Alca

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul realizará audiência pública para debater as negociações sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Requerimento com a proposta, apresentado pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), foi aprovado ontem pelo colegiado.

O objetivo inicial do requerimento era promover debate sobre proposta do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) de se convocar plebiscito a respeito da suspensão por 20 anos das negociações sobre a Alca. A pedido do senador Romero Jucá (PMDB-RO), ampliou-se o foco da audiência para que sejam discutidas as vantagens e desvantagens da Alca para o Brasil.

Serão convidados, entre outros, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu; o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; o coordenador da Frente Parlamentar das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania, deputado Luiz Eduardo Greinhalgh (PT-SP); e um representante da Coordenação Nacional contra a Alca.

Também foi aprovado requerimento do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) para a realização de reunião especial do colegiado no próximo dia 4, em conjunto com a Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

E a pedido do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a comissão adiou a votação dos Projetos de Lei nºs 454/2003 e 448/2003. As duas propostas representam suspensão de vantagens tarifárias para os países do Mercosul – a primeira referente ao açúcar e a segunda em relação ao trigo.

AMAZÔNIA



Reconhecimento da importância da região

Os membros da Subcomissão Permanente da Amazônia elegeram os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) – foto – e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) para, respectivamente, a presidência e a vice-presidência do colegiado, criado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a partir de requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Para Jefferson, a iniciativa é oportuna. “A importância da Amazônia é indiscutível, seja pela extensão territorial, pelo patrimônio genético, pelos recursos naturais ou pelos perigos que sempre rondam a região”, ressaltou.

Mozarildo lembrou que as vastas áreas da região são vulneráveis e cobiçadas internacionalmente, expostas ao narcotráfico, ao contrabando de armas e à biopirataria. A Amazônia, disse, é “uma questão de defesa do patrimônio nacional”, que inclui a biodiversidade, a água e os minerais.

Além de Jefferson, Virgílio e Mozarildo, compõem a subcomissão os senadores João Capiberibe (PSB-AP), Fátima Cleide (PT-RO), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Marco Maciel (PFL-PE).

FOME ZERO

Programas de transferência de renda terão apoio

Foi instalada ontem a Subcomissão Temporária do Fome Zero, que vai acompanhar os programas de transferência de renda e as medidas a serem adotadas pelo governo federal para combater a desnutrição no país. Para a presidência, foi escolhido por consenso o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) – foto. A vice-presidência ficou com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador Romero Jucá (PMDB-RO) será o relator.

Para Tourinho, o momento “é oportuno” para a criação do colegiado, que tem como objetivo ajudar a viabilizar o programa Fome Zero. Ele defendeu a unificação em um único projeto dos vários programas do governo de combate à pobreza e distribuição de renda.

Suplicy informou que o primeiro convidado da subcomissão será o ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Grazianno, em data a ser ainda marcada. Mas já na próxima quinta-feira, dia 28, o ministro participará de café da manhã na residência de Suplicy. Ele falará sobre o Fome Zero aos membros da subcomissão.



EXTERIOR



Órgão dá auxílio a brasileiros que vivem fora do país

Os brasileiros que vivem no exterior têm agora um órgão permanente no Senado destinado à sua proteção. Subcomissão com essa finalidade foi instalada ontem no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Foi escolhido presidente o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) – foto – e vice-presidente, o senador João Capiberibe (PSB-AP). A subcomissão elegeu o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) relator dos trabalhos.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, existem entre 2 milhões e 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior. Em muitos casos, disse Marcelo Crivella, o apoio dado pelo país, por meio de seus serviços consulares, é limitado, deixando-os, em muitas situações, desamparados. Para João Capiberibe, “eles precisam sentir a presença efetiva de seu país de origem”.

O senador Marcelo Crivella destacou que, somente em divisas, os brasileiros que vivem no exterior remetem anualmente para o Brasil US\$ 5 bilhões, valor superior às exportações de qualquer produto brasileiro.

CINEMA

Impactos da reforma tributária serão debatidos

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) – foto – foi eleito vice-presidente da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, ligada à Comissão de Educação (CE). Ele ocupará o lugar da ex-senadora Iris de Araújo, suplente do senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Também ontem o colegiado aprovou requerimentos para a realização de audiências públicas. O primeiro – dos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da subcomissão, e Hélio Costa (PMDB-MG) – debaterá as decisões judiciais relativas à arbitragem de cobrança dos direitos de execução pública de obras musicais em obras audiovisuais.

O segundo determina a realização de audiência para discutir o impacto da reforma tributária nas áreas de abrangência da subcomissão, como ciência, comunicação e esportes. Os autores do requerimento são Osmar Dias (PDT-PR), Hélio Costa, Roberto Saturnino, Sérgio Cabral, Marco Maciel (PFL-PE), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).



Senado lança obras em feira potiguar

O Senado Federal, que desde 1996 participa de feiras de livros em diversos estados brasileiros, promoverá dois eventos exclusivos na Bial Nacional do Livro de Natal, que começa hoje e vai até o dia 31. Na segunda-feira, serão entregues publicações em braile para instituições de apoio a portadores de deficiência visual. No dia 29, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, lança o livro *Parlamentares do Rio Grande do Norte – Deputados (Império e República)*. Para a solenidade de abertura, os organizadores da bial, a Acessus Consultores Associados e a Oficina da Notícia, remeteram convites aos três senadores do estado – Fernando Bezerra (PTB), Garibaldi Alves Filho (PMDB) e José Agripino (PFL). A governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, e o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, estarão presentes. O estande do Senado oferecerá aos visitantes da bial, a preço de custo, os mais recentes lançamentos com o selo do Conselho Editorial do Senado e os mais de 100 títulos do seu catálogo de publicações.

Suassuna pede mais recursos para Itamaraty

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu aos parlamentares que, ao examinarem o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) e o Orçamento de 2004, destinem uma parcela maior de recursos para o Ministério de Relações Exteriores. Ele argumentou que o Itamaraty precisa agora de imediata liberação de verbas para saldar logo suas dívidas e manter o bom nome do Brasil junto aos credores.

Suassuna citou reportagem publicada na edição do último domingo da *Folha de S. Paulo*, intitulada “Sem verba, Itamaraty enfrenta credores”, segundo a qual apenas 0,28% do orçamento de 2003 é destinado à diplomacia.

Rosereth Pinheiro



Suassuna afirma que órgão precisa pagar dívidas

Objetivo do grupo é combater monopólios e privilégios na área de informática, afirma Serys Slhessarenko

O encerramento da Semana do Software Livre no Legislativo, promovida pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, foi marcado pela instalação de uma frente parlamentar em defesa dos chamados programas abertos de informática. A iniciativa resultou de sugestão da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), convicta de que a frente vai contribuir no combate a privilégios e monopólios.

O objetivo da frente, composta por 132 deputados e 18 senadores, é a mobilização para mudanças estruturais na tecnologia de informação com a implementação de *softwares* livres – programas de computador com código aberto e de uso coletivo. Atualmente, o governo paga cerca de US\$ 1 bilhão por ano a empresas que detêm a propriedade dos programas.

– O *software* livre, não há dúvidas, fará com que a tecnologia da informação desenvolva-se em grande escala. Nós queremos uma sociedade livre, justa e inclusiva. A tecnologia de informação é cada vez mais vital. O código aberto faz parte do resgate da cidadania dos brasi-

leiros – afirmou a senadora.

Na cerimônia, Serys leu discurso do presidente do Senado, José Sarney, que destacou a importância do evento, definindo-o como estratégico para tomada de posição por parte de várias esferas do Estado em relação ao *software* livre.

Sarney lembrou, no pronunciamento, que já há no Congresso iniciativas de utilização de *softwares* livres, trocados entre o Interlegis (comunidade virtual do Legislativo), a Secretaria Especial de Informática do Senado (SEI) e o Centro de Informática da Câmara dos Deputados (Cenin). De acordo com o senador, a SEI deve começar ainda neste ano a usar um *software* livre de aplicação



Rosereth Pinheiro

ÔNUS PESADO País gasta R\$ 1 bilhão por ano com royalties sobre programas, diz Serys

geral, que será implantado em toda a Casa. Sarney acredita que a iniciativa servirá de exemplo a outros setores do serviço público.



Márcia Volume

Nicéa e Savioli justificam ausência a reunião de CPI

Nicéa Camargo, ex-mulher do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, e o diretor da Unimed José Ricardo Savioli não compareceram ontem para prestar depoimento à CPI do Banestado. Nicéa alegou que somente foi convidada na véspera, o que a impossibilitou de viajar para Brasília, enquanto Savioli apresentou atestado médico que o impede de caminhar durante cinco dias.

Uma nova data para o depoimento dos dois será marcada após a viagem de parte dos parlamentares da CPI a Nova York, na próxima semana, para investigações. A comitiva retorna no dia 29. Em princípio, Savioli

deverá depor no dia 4 de setembro.

A CPI realizou ontem reunião administrativa em que vários requerimentos foram aprovados. Entre eles, a requisição ao Congresso norte-americano de cópias de tudo o que foi apurado sobre a conta Lespan no Citibank e sobre as atividades da agência do Banestado naquele país.

Os parlamentares aprovaram também requisição à Receita Federal, à Polícia Federal e ao Ministério Público de todos os sigilos fiscais e bancários quebrados pelas instituições, além de cópias das investigações já feitas sobre a evasão de divisas.

SIGILO CPI do Banestado pediu aos EUA documentos sobre Lespan

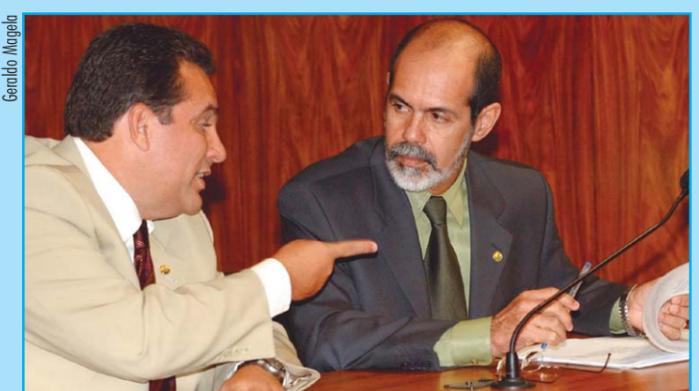
Comissão quer informações sobre plataformas da Petrobras

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimento do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) solicitando à Petrobras informações sobre a licitação para construção das plataformas marítimas P-51 e P-52. A licitação foi feita na modalidade de convite a empresas anteriormente selecionadas. Na mesma reunião, a CFC também acolheu outro requerimento do parlamentar pedindo informações ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, sobre os

Fundos de Investimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor).

O senador quer saber quantos projetos existem em carteira e qual o comprometimento financeiro de cada um, quanto já foi liberado e o que essa cifra representa em termos de investimento total nas regiões amazônica e do Nordeste.

Luiz Otávio indaga, ainda, sobre as liberações de recursos nos anos de 2001, 2002 e 2003, para as Regiões Norte e Nordeste.



Gerardo Magalhães

ESCLARECIMENTO Requerimentos de Luiz Otávio (E) também solicitam dados sobre verbas para Norte e Nordeste



Célio Azevedo

ALERTA Hélio Costa diz que transposição das águas do rio não pode ser feita agora

Hélio Costa quer revitalização do São Francisco

A revitalização do Rio São Francisco antes das obras de transposição de suas águas foi sugerida, ontem, pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG). Com base em dados de pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, ele disse que o rio está cada vez mais raso e largo, em decorrência do desmatamento das suas margens.

– Ou fazemos a revitalização do Rio São Francisco ou não temos água suficiente para a transposição – alertou.

Hélio Costa declarou não ser contra ou a favor desse projeto, mas assinalou a necessidade urgente de desassorear o rio e seus 168 afluentes, para liberar o fluxo do seu leito. O senador lembrou que o São Francisco corta cinco estados e poderia ser uma grande hidrovia. De acordo com estudos independentes, afirmou, o trecho entre Ibotirama (BA) e Petrolina (PE) é efetivamente navegável.

Hélio Costa citou outro estudo daquela fundação informando que, dos 503 municípios da bacia do São Francisco, mais da metade joga esgoto em suas águas. Além disso, acrescentou ele, 97% das matas ciliares da região alta do rio foram destruídas.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou, em aparte, que os brasileiros têm sido “muito malvados com o Velho Chico”. O senador Almeida Lima (PDT-SE) declarou que não é contra a idéia de transposição das águas do rio, desde que se faça antes a revitalização. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu obras de revitalização por dois anos e a adoção de uma moratória nas discussões em torno do projeto da transposição.

Crivella cobra tratamento justo para o Rio de Janeiro

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) cobrou, ontem, um tratamento mais justo para o Rio de Janeiro, afirmando que desde o governo anterior o estado vem sendo vítima de discriminação. Um estado que remete à União R\$ 3,5 bilhões por mês não pode receber de volta apenas R\$ 100 milhões, observou. Para Crivella, enquanto São Paulo obteve verbas para a duplicação da Rodovia Fernão Dias e para a construção

do rodanel da capital, que custou R\$ 6 bilhões, o Rio teve que se contentar com pedágios de rodovias e da ponte Rio-Niterói. Em apelo dirigido aos senadores, ele pediu que seja feita justiça ao Rio de Janeiro durante a votação da proposta de reforma tributária. Como exemplo da crise econômica do estado, o parlamentar lembrou o episódio dos 40 mil fluminenses que fizeram fila para disputar vagas de gari.



Célio Azevedo

Mozarildo aplaude recriação da Sudam

Futura agência terá autonomia nas áreas financeira, gerencial e administrativa, destaca senador

A decisão do governo Luiz Inácio Lula da Silva de recriar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) recebeu o aplauso do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Ele lembrou que o ato de recriação seria realizado na tarde de ontem, no estado do Pará, durante solenidade que contaria com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e dos governadores da região.

O aspecto mais inovador da Sudam será a autonomia financeira, administrativa e geren-



Roosevelt Pinheiro

ESTRATÉGIA Mozarildo ressalta que crédito a longo prazo terá relevância no novo órgão

cial, disse o parlamentar. O órgão disporá de uma secretaria executiva, que deverá apoiar o conselho deliberativo e seus comitês, “em sintonia com os macroprocessos que deverão

promover a regionalização, articulação e integração de políticas públicas”, afirmou Mozarildo Cavalcanti.

O senador explicou que, na nova Sudam, os incentivos deixarão de ter o papel que os caracterizou durante anos para desempenhar função complementar às políticas de desenvolvimento. O crédito de longo prazo, com juros neutros, terá relevância para o financiamento de empreendimentos, assinalou ele.

Mozarildo também anunciou a instalação da Subcomissão Permanente da Amazônia, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Para o senador, a iniciativa supre uma lacuna, pois o Senado, órgão que representa os estados, não contava com uma subcomissão para a Amazônia, a exemplo da Câmara.

Papaléo aponta “blindagem” contra corrupção

Ao destacar a recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) ressaltou, ontem, afirmação do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, de que atendeu a recomendação do presidente Lula de dotar a nova agência de mecanismos de “blindagem” contra a corrupção.

– Em sua nova concepção, a Sudam e a Sudene ressurgidas não vão limitar-se a gerenciar incentivos fiscais ou financeiros. Muito menos podem conformar-se à sua versão raquítica e esvaziada como agências de desenvolvimento, instituídas pelo governo anterior, sem que chegassem a alcançar os objetivos propostos, que são o desenvolvimento econômico e social do Norte e do Nordeste.

O projeto concebido por Ciro



Roosevelt Pinheiro

MUDANÇAS Papaléo Paes salienta que riscos passarão a ser dos agentes financeiros

Gomes, segundo Papaléo Paes, define que o risco das operações de ambas as superintendências passará a ser dos agentes financeiros, privados ou estatais, dos investimentos. Desse modo, esses agentes terão todo o interesse em acompanhar e fiscalizar a boa e correta aplicação, comentou.

Ele lembrou que, em 1959, ao criar a Sudene – que serviria de modelo para a Sudam –, o economista Celso Furtado tinha o objetivo de estruturar um órgão capaz de garantir crescimento e integração econômica das regiões menos desenvolvidas com as demais regiões do país. Mas, com o advento do regime militar, disse, prevaleceu uma tendência centralizadora e as duas instituições se tornaram simples órgãos executores.

Em apartes, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), César Borges (PFL-BA) e Mão Santa (PMDB-PI) concordaram com opinião de Papaléo Paes de que, em vez de extinguir a Sudam e a Sudene, o governo anterior deveria ter corrigido as distorções que abalaram a credibilidade das duas agências, como agora procura fazer o atual governo.

Duciomar pede escola para reeducar presos

Em discurso no Plenário, o senador Duciomar Costa (PTB-PA) anunciou que vai enviar ao presidente Lula mensagem sugerindo a criação da Fundação Escola Penitenciária Nacional (FEPN). O objetivo, explicou, é dar ao detento uma oportunidade real de reeducação com dignidade e uma perspectiva de reinserção na sociedade após o cumprimento da pena.

– Humanizar a vida dos detentos e eliminar dois dos mais perigosos ingredientes que tornam a vida nas prisões um verdadeiro inferno: a ociosidade e a falta de perspectiva.

A ociosidade e a falta de perspectiva são os maiores responsáveis pelo surgimento de elementos desagregadores, afirmou Duciomar Costa, frisando que por isso as autoridades precisam se convencer de que a ação pedagógica séria é uma arma poderosa contra a violência e a favor da recuperação do indivíduo.

A idéia, lembrou o senador, foi proposta por Maurício Corrêa, então ministro da Justiça do governo Itamar Franco e atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), mas não teve continuidade. Para Duciomar Costa, a iniciativa representa uma inovação em matéria de política penitenciária, e continua atual quase dez anos depois.



Roosevelt Pinheiro

INOVAÇÃO Duciomar Costa afirma que iniciativa é “arma poderosa” contra a violência

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Papaléo Paes, Maguito Vilela e Leonel Pavan